

HABEAS CORPUS Nº 570.172 - PE (2020/0078448-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VLADIMIR LEMOS DE ALMEIDA
ADVOGADO : VLADIMIR LEMOS DE ALMEIDA - PE030545
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : GERSON SOARES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GERSON SOARES DA SILVA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator de *habeas corpus*, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o Paciente cumpre penas definitivas, desde do ano de 2003, que somam de 36 (trinta e seis) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime fechado, pelos crimes de roubo majorado e tráfico de drogas.

A Defesa solicitou ao Juízo das Execuções a comutação das penas e a prisão domiciliar, afirmando que o Paciente faz jus ao benefício, nos termos da Recomendação n.º 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça, que trata da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Os pedido foram indeferidos (fl. 463).

Irresignada com essa decisão, a Defesa impetrou o *writ* originário. O Desembargador indeferiu o pedido de liminar no plantão judiciário (fls. 489-490).

No presente *writ*, o Impetrante aduz, em suma, que o Paciente está no grupo de risco, logo (fl. 7):

"Há a necessidade urgente que a prisão domiciliar seja

Superior Tribunal de Justiça

concedido, pois desta forma será uma forma de combater um risco desnecessário. Não foi avaliada devidamente pelas autoridades coatoras."

Busca, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para conceder a prisão domiciliar ao Apenado.

É o relatório. Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação da vedação sumular acima referida, uma vez que a Corte *a quo* indeferiu o provimento urgente com fundamentação idônea, como se vê (fls. 489-490), *in verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

"In casu, a recomendação do CNJ é no sentido de que sejam reavaliadas as situações dos presos que figurem no grupo de risco, recomendando em seu art. 5º, III, o seguinte:

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução.

Segundo a decisão da juíza coatora, o paciente não se enquadra em tal hipótese, uma vez que, apesar de ser portador de hipertensão, ainda se encontra no regime fechado de cumprimento de pena e não no semiaberto, como dito pelo impetrante.

Ademais, o paciente possui vasta ficha carcerária, respondendo, inclusive com condenações, a diversos processos.

A decisão da Juíza indigitada como coatora não se mostra obra teratológica nem de mero arbítrio, não se verificando situação autorizadora da concessão da ordem em sede liminar.

Portanto, não vejo, ao menos em exame perfunctório, a plausibilidade jurídica do pedido a autorizar a concessão da pretensão deduzida em sede de cognição sumária.

Sendo assim, indefiro o pedido liminar."

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

De fato, flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso depende da análise do real estado de saúde do Paciente e das condições do estabelecimento prisional, que não pode ser feita na via de cognição sumária da liminar em *habeas corpus*.

O simples fato de o Paciente se enquadrar no grupo de risco não lhe garante a concessão automática da prisão domiciliar, mormente no caso, já que não estão preenchidos os pressupostos para a concessão da benesse, previstos no art. 9.º, inciso III, da Recomendação n.º 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora